

COMUNICADO Nº 23, DE 27 DE AGOSTO DE 2024**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Anexo(s):

[PUB EM DOESP - HOMOLOGAÇÃO.pdf](#)**17º Grupamento de Bombeiros - Mogi das Cruzes****Publicação em DOE - Extrato de Dispensa de Licitação**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS – UGE 180380
17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA
PROCESSO SEI! Nº 057.00356070/2024-21
PROCESSO Nº. 20240884071
NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE00042
CONTRATANTE: UGE 180.380 – 17º Grupamento de Bombeiros
CONTRATADA: SOUZA CAFE E COM DE MAQ E BEB QUENTES EIRELI
CNPJ: 07.627.274/0001-54
OBJETO: Aquisição de café, doce de leite e doce de banana
ENTREGA (TOTAL/PARCELADA): Total
DATA NOTA DE EMPENHO: 11SET24
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.942,00 (três mil, novecentos e quarenta e dois mil reais)
PTRes/PROGRAMA DE TRABALHO: 180501.
FONTE DE RECURSO: 279930004
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 05

Grupamento de Bombeiros Marítimo**COMUNICADO Nº CD Nº GBMAR 001/816/24, DE 27 DE AGOSTO DE 2024**

O presidente do Conselho de Disciplina Nº GBMar-001/816/24, Cap PM 108744-4 Fernando Nishihara Adão, [notifica](#) o acusado e seus defensores Drº. Andréa Peirão Monte Alegre, OAB/SP 121.504 e o Dr. André Luiz Rodrigues Caiariac, OAB/SP 503.605, da realização da audiência de instrução que será realizada no dia 05 de setembro de 2024, às 09 horas, na sede do Grupamento de Bombeiros Marítimo, sítio a Rua Vagner Lamela, 145 - Vila Carla, Guarujá - SP, CEP 11432-070.

Secretaria dos Transportes Metropolitanos**Gabinete do Secretário****Posto Regional da Região Metropolitana de São Paulo****DESPACHOS DO SUPERVISOR Nº 173, DE 27 DE AGOSTO DE 2024**

Despacho do Supervisor

PR-RMSP/TCR/1532/24

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 24.675 de 30/01/86, alterado pelo Decreto 27.436 de 07/10/87, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 57- executar serviço de transporte coletivo regular de passageiros não permitido ou autorizado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

APAV Data da Infração Placa do Veículo Proprietário/Conductor

58775-A 21/08/2024 EPU 0951 ERIVALDO DOS SANTOS SANTANA

Despacho do Supervisor

PR-RMSP/TCF/1533/24

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88 e 36.963 de 23/06/93, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 28 - executar serviço de transporte coletivo de passageiros de interesse metropolitano sob regime de fretamento, sem estar registrado na Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

APAV-F Data da Infração Placa do Veículo Proprietário/Conductor

58784-A 23/08/2024 EPU 0628 ABCESP CENTRO DE FORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Despacho do Supervisor

PR-RMSP/TCR/1534/24

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01.

Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso V, Letra x

Operar serviço não autorizado de transporte coletivo regular na RMSP.

PAULO ROGERIO FERREIRA GUARULHOS LTDA. ME

RF AIIPM Data Valor

06370/24 2691632-A 15/08/2024 R\$ 208,49 (Reincidente)

Despacho do Supervisor

PR-RMSP/TCF/1535/24

Infrações ao Decreto 19.835/82, alterado pelos Decretos 28.478/88 e 36.963/93, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01.

Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 28 - Operar serviço de transporte coletivo de Fretamento, sem estar registrado na STM.

VITORIA CAROLINE LEAL SOUSA

RF AIIPM Data Valor

06661/24 2692843-A 23/08/2024 R\$ 130,31

Despacho do Supervisor

PR-RMSP/TCF/1536/24

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88, 36.963 de 23/06/93 e 51.396 de 21/12/06, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 28-A - veículo pertencente a empresa registrada que não estiver cadastrado ou com selo de vistoria vencido.

APAV-F Data da Infração Placa do Veículo Proprietário/Conductor

58785-D 27/08/2024 EKH 1D16 ISADORA TRANSPORTES E TURISMOS DE PASSAGEIROS LTDA-EPP

Ministério Público**Procuradoria Geral de Justiça****Resoluções****RESOLUÇÃO Nº 1.904/2024-CPJ, de 27 de agosto de 2024****(SEI 29.0001.0086710.2021-21)**

Altera a Resolução nº 676/2011-PGJ/CPJ, de 10 de janeiro de 2011, que aprovou o Regulamento do Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, por meio de seu ÓRGÃO ESPECIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso XV, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Os §§ 5º, 12 e 13 do art. 4º da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. [...]

§ 5º - Ainda que fundamentada em laudo médico, por ocasião do exame de compatibilidade da deficiência com o cargo, a condição de pessoa com deficiência deverá ser apreciada pela junta biopsicossocial referida no art. 39, “caput”, deste Regulamento, designados para tal mister que, no caso, deverá fundamentar sua divergência, cabendo à Comissão de Concurso decidir.

[...]

§ 12 - A publicação do resultado de cada fase do concurso, inclusive do resultado final, será feita em quatro listas, sendo que a primeira conterá a classificação de todos os candidatos em lista geral, a segunda, somente a classificação dos candidatos com deficiência, a terceira a classificação dos candidatos negros e a quarta a classificação dos candidatos indígenas.

§ 13 - Na elaboração das listas de classificados nas fases intermediárias, levar-se-á em conta o número total de vagas para cada lista, observado o disposto nos artigos 17, §§ 1º a 3º, 20, §§ 2º a 5º e 32, parágrafo único, deste Regulamento, também para a composição da lista especial.” (NR)

Art. 2º. Os §§ 19 e 20 do art. 5º da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

§ 19 - A publicação do resultado de cada fase do concurso, inclusive do resultado final, será feita em quatro listas, sendo que a primeira conterá a classificação de todos os candidatos em lista geral, a segunda, somente a classificação dos candidatos com deficiência, a terceira a classificação dos candidatos negros e a quarta a classificação dos candidatos indígenas.

§ 20 - Na elaboração das listas de classificados nas fases intermediárias, levar-se-á em conta o número total de vagas para cada lista, observado o disposto nos artigos 17, §§ 1º a 3º, 20, §§ 2º a 5º, e 32, parágrafo único, deste Regulamento, também para a composição da lista especial.” (NR)

Art. 3º. Fica acrescido o artigo 5º-A na Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, bem como a Seção III-A, intitulada (Dos Candidatos Indígenas), com a seguinte redação:

“SEÇÃO III - A**DOS CANDIDATOS INDÍGENAS**

Art. 5º-A. Ficam reservados aos candidatos indígenas 3% (três por cento) dos cargos abertos em concurso, arredondando-se para o número inteiro seguinte, caso fracionário, o resultado da aplicação desse percentual.

§ 1º - Poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas aqueles que no ato da inscrição se autodeclararem indígenas, conforme o quesito raça utilizado pela

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, independentemente do candidato residir ou não em terra indígena.

§ 2º - O candidato indígena, para se beneficiar da reserva prevista no art. 5º-A do Regulamento do Concurso, deve entregar, no prazo de 03 (três) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao encerramento das inscrições, cópia do Registro Administrativo de Nascimento Étnico de Indígena - RANI, ou, no mesmo prazo, preencher, imprimir, datar, assinar e entregar a declaração de pertencimento étnico, também assinada por três integrantes indígenas da respectiva etnia, com a finalidade de concorrer à reserva de vagas da lista dos candidatos indígenas, conforme disposto no edital.

§ 3º - Os candidatos indígenas participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que respeita ao conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos, em todas as suas fases.

§ 4º - Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração ou documento falsos.

§ 5º - Comprovando-se falsos a declaração ou o documento, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 6º - A verificação da falsidade da declaração ou do documento de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública.

§ 7º - O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos indígenas, ainda que aprovado dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, submeter-se-á, na mesma ocasião do exame de verificação da compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo, previsto no art. 39 deste Regulamento, à avaliação da Comissão de Heteroidentificação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada e documento entregue no ato da inscrição preliminar, quanto à condição de indígena.

§ 8º - A Comissão de Heteroidentificação, designada pela Comissão de Concurso ou pelo Procurador-Geral de Justiça se aquela não estiver instalada, será composta por três pessoas com conhecimento na área e, sendo o integrante de fora dos quadros do Ministério Público, estará ciente de que prestará serviço de relevância pública e não será, em hipótese alguma, remunerado.

§ 9º - A avaliação da Comissão de Heteroidentificação quanto à condição de indígena considerará os seguintes aspectos: a) análise da autodeclaração juntada no ato de inscrição quanto à condição indígena; b) análise da declaração de pertencimento à comunidade indígena; e c) pertencimento etnoterritorial calcado em memória histórica ou linguística ou, ainda, em reconhecimento do povo indígena, do qual integra, dentre outros parâmetros para identificação étnica.

§ 10 - O candidato será considerado não enquadrado na condição de indígena quando: a) não comparecer perante a Comissão de Heteroidentificação na data designada; b) a maioria dos integrantes da Comissão considerar o não atendimento do quesito raça por parte do candidato.

§ 11 - O candidato não enquadrado na condição de indígena será comunicado do resultado ao final da avaliação.

§ 12 - Caso o candidato não seja enquadrado na condição de indígena, pela Comissão de Heteroidentificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo, será excluído da lista reservada aos indígenas, cabendo, em qualquer hipótese, recurso, no prazo de até dois dias úteis contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência da comunicação ao candidato, que será apreciado pela Comissão de Concurso.

§ 13 - Os candidatos indígenas concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 14 - Além da reserva que trata o "caput", os candidatos indígenas poderão optar por concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 15 - Os candidatos indígenas aprovados dentro do número de vagas oferecidas para a ampla concorrência, em qualquer fase do certame, não integrarão a lista especial e não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 16 - A circunstância do candidato ter integrado a lista especial nas fases preliminar ou escrita não impede sua aprovação final pela ampla concorrência, na forma do parágrafo anterior, e a de não ter integrado a lista especial nas fases preliminar ou escrita não obsta a utilização das vagas reservadas quando da publicação final do certame, caso não logre aprovação pela ampla concorrência.

§ 17 - Os candidatos indígenas aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas para pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas, presumindo-se, em caso de silêncio, a opção pelas vagas destinadas aos indígenas.

§ 18 - Em caso de desistência ou eliminação de candidato indígena aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato indígena posteriormente classificado.

§ 19 - Na hipótese de não haver candidatos indígenas aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

§ 20 - A publicação do resultado de cada fase do concurso, inclusive do resultado final, será feita em quatro listas, sendo que a primeira conterá a classificação de todos os candidatos em lista geral, a segunda, somente a classificação dos candidatos com deficiência, a terceira somente a classificação dos candidatos negros, e a quarta somente a classificação dos candidatos indígenas.

§ 21 - Na elaboração das listas de classificados nas fases intermediárias, levar-se-á em conta o número total de vagas para cada lista, observado o disposto nos artigos 17, §§ 1º a

3º, 20, §§ 2º a 5º, e 32, parágrafo único, deste Regulamento, também para a composição da lista especial." (AC)

Art. 4º. Os §§ 3º, 5º, 7º, 10, 13, 14 e 15 do art. 6º da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º [...]"

§ 3º - Os candidatos, para se beneficiarem da reserva de que cuidam os artigos 4º a 5º-A, deste Regulamento, devem, no ato de inscrição preliminar, declarar a natureza e o grau de deficiência que apresentam, no caso de candidatos com deficiência, e autodeclararem pretos, pardos ou indígenas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no caso de candidatos negros e indígenas, além de atenderem as demais exigências dos artigos 4º a 5º-A.

[...]

§ 5º - O candidato será dispensado do pagamento da taxa de inscrição se não dispuser de condições financeiras para suportá-la, bem como se comprovar a qualidade de doador de sangue, conforme previsto na Lei Estadual nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005.

[...]

§ 7º - O candidato gozará da isenção mediante a juntada de comprovante salarial ou declaração para os fins do Imposto de Renda, atuais, ou outro documento idôneo de comprovação de sua renda, cuja confidencialidade será preservada, ou ainda de documento expedido por entidade coleitora, que poderá ser órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, que comprove doação de sangue não inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses, contados da data da abertura das inscrições, a serem entregues no prazo de 03 (três) dias, a partir do primeiro dia útil seguinte ao encerramento das inscrições.

[...]

§ 10 - A comprovação da deficiência, o envio do documento do candidato indígena e a comprovação da isenção serão feitos nos termos, condições e prazos previstos no § 4º do artigo 4º, no § 2º do artigo 5º-A e no § 7º deste artigo, respectivamente, mediante entrega dos competentes documentos na forma indicada no edital.

[...]

§ 13 - Compete à Comissão de Concurso, ou ao Procurador-Geral de Justiça, se aquela ainda não estiver composta, decidir sobre as inscrições de candidatos com deficiência, candidatos negros, candidatos indígenas e os pedidos de isenção da taxa, cabendo recurso no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação oficial.

§ 14 - Será automaticamente eliminado do concurso, em qualquer fase, o candidato que, na inscrição, tenha realizado declaração falsa ou utilizado documento material ou ideologicamente falso, para a obtenção da isenção de taxa ou utilização de reserva de vaga de pessoa com deficiência, negra ou indígena, sem prejuízo das sanções legalmente cabíveis.

§ 15 - O candidato que não declarar a deficiência ou a condição de pessoa negra ou indígena, no ato da inscrição preliminar, e não requerer condições especiais para se submeter às provas, não poderá, posteriormente, alegar essa condição para reivindicar qualquer garantia legal ou tratamento diferenciado." (NR)

Art. 5º. Fica acrescido o § 3º-A do art. 6º da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 6º [...]"

§ 3º-A. No formulário de inscrição haverá campo próprio para que o candidato confirme a declaração de pessoa com deficiência, negra ou indígena." (AC)

Art. 6º. O § 1º do art. 10 da Resolução nº 676/2011- PGJ/CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 (...)"

§ 1º - Para participar de quaisquer das atividades do concurso, o candidato deverá exibir cédula de identidade ou documento equivalente, apresentando-se, **na prova oral**, trajado de forma compatível com a tradição forense." (NR)

Art. 7º. O § 3º do art. 17 da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 [...]"

§ 3º - Os candidatos com deficiência e os que se autodeclararem negros ou indígenas serão considerados habilitados, em lista específica, se atingirem a nota mínima exigida, de 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo dos candidatos aprovados na forma do § 1º." (NR)

Art. 8º. O § 5º do artigo 20 da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 [...]"

§ 5º - Os candidatos com deficiência e os que se autodeclararem negros e indígenas serão considerados classificados, em lista específica, se atingirem a nota mínima exigida no § 2º, sem prejuízo dos candidatos aprovados na forma do § 3º.

Art. 9º. O § 1º do art. 38 da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38 [...]"

§ 1º - Serão elaboradas 04 (quatro) listas dos candidatos aprovados, na forma do § 12 do artigo 4º, do § 19 do artigo 5º e do § 20 do artigo 5º-A, salvo se não houver candidatos com deficiência, negros ou indígenas, hipótese em que haverá somente uma lista." (NR)

Art. 10. O art. 39 da Resolução PGJ-CPJ nº 676/2011, de 10 de janeiro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 39** - Os candidatos incluídos na lista especial de pessoas com deficiência deverão submeter-se, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação prevista no § 3º do art. 38, à perícia biopsicossocial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do Ministério Público.

§ 1º - A perícia será realizada pela Equipe Multiprofissional composta por 03 (três) profissionais com capacitação específica para prestar o atendimento biopsicossocial à pessoa com deficiência, sendo um deles médico.

§ 2º - A Equipe Multiprofissional referida no § 1º deste artigo será, preferencialmente, composta por profissionais integrantes do quadro de servidores do Ministério Público.

§ 3º - A Equipe Multiprofissional deverá elaborar laudo no prazo de 05 (cinco) dias após o exame referido no "caput".

§ 4º - A condição de pessoa com deficiência também deverá ser apreciada por ocasião da perícia referida no "caput" deste artigo e, caso seja negada em laudo fundamentado, caberá à Comissão de Concurso decidir.

§ 5º - Quando a perícia do Ministério Público concluir pela inaptidão do candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contado da ciência do laudo referido no § 3º deste artigo, constituir-se-á junta biopsicossocial para nova inspeção, dela podendo participar profissionais indicados pelo interessado.

§ 6º - A junta biopsicossocial referida no § 5º deste artigo deverá apresentar suas conclusões no prazo de 05 (cinco) dias após a realização do exame e de tal decisão não caberá recurso." (NR).

Art. 11. O art. 40 da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 - A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência, candidatos negros e candidatos indígenas, observado o seguinte cálculo aritmético para fixação da ordem de classificação:

I - Divide-se o número de cargos a serem providos, consideradas eventuais vagas que surgirem no transcorrer do concurso na forma do § 2º, do art. 3º, pelo número de vagas reservadas às pessoas com deficiência, às pessoas negras e às pessoas indígenas, multiplicado o decimal, a fim de se apurar o coeficiente de classificação dos candidatos com deficiência, negros e indígenas;

II - Este coeficiente de classificação será a colocação do primeiro das Listas Especiais de Classificação Final. Esta regra será aplicada sucessivamente até o chamamento de todos os candidatos das Listas Especiais." (NR)

Art. 12. O "caput" do art. 41 da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - A homologação do concurso ocorrerá após a realização da perícia mencionada no art. 39 e da avaliação prevista no art. 5º, § 6º, e no art. 5º-A, § 7º, deste Regulamento, publicando-se a lista geral e as listas especiais, excluindo-se destas últimas os candidatos com deficiência tidos por inaptos na inspeção biopsicossocial, ou cuja condição de pessoa com deficiência tenha sido negada, bem como os candidatos não enquadrados na condição de pretos, pardos ou indígenas, respectivamente." (NR)

Art. 13. Fica acrescido o § 11, ao art. 42, da Resolução nº 676/2011-CPJ, de 10 de janeiro de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 42º (...)

§ 11. A composição da Comissão de Concurso, sempre que existirem Procuradores de Justiça candidatos de ambos os gêneros em número suficiente, deverá observar a paridade." (AC)

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portarias

PORTARIAS DE 27/08/2024 A - Subprocuradorias

Designando:

nº 11785/2024 - Ivandil Dantas da Silva, 118º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, nos termos da Resolução nº 518/2007-PGJ-CPJ, oficiar remotamente (Provimento CSM nº 2651/2022 do TJ), nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2024, no plantão judiciário em segundo grau estabelecido pela Resolução nº 495/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. (SEI. nº 29.0001.0120211.2024-10)

nº 11786/2024 - Fernanda Leão de Almeida, 24ª Procuradora de Justiça da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, nos termos da Resolução nº 518/2007-PGJ-CPJ, oficiar remotamente (Provimento CSM nº 2651/2022 do TJ), nos dias 31 de agosto a 1º de setembro de 2024, no plantão judiciário em segundo grau estabelecido pela Resolução nº 495/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. (SEI. nº 29.0001.0120211.2024-10)

PORTARIAS DE 27/08/2024 B - Secretarias

Autorizando:

nº 11787/2024 - Alexandre Rocha Almeida de Moraes, 5º Promotor de Justiça Criminal, a se ausentar de suas funções para participar, como palestrante, do III Seminário Brasileiro de Segurança Jurídica, no Painel sobre o tema Acordos de Não Persecução Cível, Criminal e Eleitoral, bem como da Reunião do Centro de Estudos de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico da USP, ambos na cidade de Brasília/DF, nos dias 5 e 6 de setembro de 2024, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, providenciando o interessado sua respectiva substituição automática. (Proc. SEI nº 29.0001.0133784.2024-05)

nº 11788/2024 - Leticia Lourenço Costa, 7º Promotor de Justiça de Hortolândia, a se ausentar de suas funções, para participar do Encontro do Ministério Público dos Estados e da União - Tratamento Adequado e Resolução Consensual de Conflitos, Controvérsias e Problemas, a ser realizado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG e o Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais - CEBEPEJ, na cidade de São Paulo/SP, nos dias 2 e 3 de setembro de 2024, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, providenciando a interessada sua respectiva substituição automática. (Proc. SEI nº 29.0001.0134756.2024-48)

Designando:

nº 11789/2024 - Tatiana Viggiani Bicudo, 4º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal - Diretora do CEA/ESMP, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, participar da 2ª Reunião Extraordinária do Colégio de Diretores de

Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP, a ser realizada durante o XVI Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na cidade de Gramado/RS, no período de 11 a 14 de setembro de 2024. (Proc. SEI nº 29.0001.0134390.2024-36)

nº 11790/2024 - Mariana Pieragnoli Viana, 51º Promotor de Justiça da Capital - Coordenadora do Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância - GECRADI, para, em convocação extraordinária, em regime de plantão, participar das diligências e reuniões ocorridas em razão do acidente da VOEPASS, na cidade de São Paulo/SP, no dia 11 de agosto de 2024. (Proc. SEI nº 29.0001.0132348.2024-74)

Republicada:

nº 11062/2024 - os membros do Ministério Público relacionados abaixo, para, em convocação extraordinária, em regime de plantão, participar das diligências e reuniões ocorridas em razão do acidente da VOEPASS, na cidade de São Paulo/SP, nos dias 10 e 11 de agosto de 2024. (Proc. SEI nº 29.0001.0132348.2024-74)

Ana Carolina Gregory Villaboim, 26º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica

Cristiane Correa de Souza Hillal, 24º Promotor de Justiça de Campinas - Assessora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva

Fabio Rodrigues Goulart, 2º Promotor de Justiça do IV Tribunal do Júri, Chefe de Gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça Criminal e da Subprocuradoria-Geral de Justiça Institucional, Cível e Tutela Coletiva

Juliana Mendonça Gentil Tocunduva, 1º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica

Maria Cecília Alfieri Nacle, 18º Promotor de Justiça da Capital - Assessora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cível e de Tutela Coletiva

Mylene Comploier, 14º Promotor de Justiça Criminal, Chefe de Gabinete Institucional da PGJ

Silvia Chakian de Toledo Santos, 3º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica - Coordenadora da Ouvidoria das Mulheres

Sirleni Fernandes da Silva, 13º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo - Assessora do CAO Cível e de Tutela Coletiva, Coordenadora do NUIPA

Vanessa Therezinha Sousa de Almeida, 5º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica - Assessora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais - CAO Crim

(Republicada por necessidade de retificação - DOE de 21/08/2024)

PORTARIAS DE 27/08/2024 C - Assessoria

Tornando sem efeito:

nº 11791/2024 - a portaria nº 11214/2024 que designou Juliana Velasque Pellacani Figueiredo, 1º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da Região de Santos, de 16 a 30 de setembro de 2024.

nº 11792/2024 - a portaria nº 11306/2024 que designou Thiago Alcocer Marin, 30º Promotor de Justiça da Capital, para assumir o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça do V Tribunal do Júri, a partir de 1 de setembro de 2024.

nº 11793/2024 - a portaria nº 11324/2024 que designou Aline Kleer da Silva Martins Fernandes, 1º Promotor de Justiça de Olímpia, para acumular o exercício das funções do 14º Promotor de Justiça de Campinas, de 1 a 15 de setembro de 2024.

nº 11794/2024 - a portaria nº 11526/2024 que designou Marco Antonio de Souza, 14º Promotor de Justiça de Osasco, para acumular o exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de Osasco, de 16 a 30 de setembro de 2024.

nº 11795/2024 - a portaria nº 11579/2024 que designou Regiane Maria Heil, 7º Promotor de Justiça de Suzano, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Tremembé, de 1 a 31 de outubro de 2024.

nº 11796/2024 - a portaria nº 11605/2024 que designou Rodrigo Belline Lopes, 2º Promotor de Justiça de Carapicuíba, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Sertãozinho, de 16 a 30 de setembro de 2024.

nº 11797/2024 - a portaria nº 11609/2024 que designou Rodrigo Belline Lopes, 2º Promotor de Justiça de Carapicuíba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Sertãozinho, de 1 a 15 de setembro de 2024.

nº 11798/2024 - a portaria nº 11641/2024 que designou Vitor Petri, 6º Promotor de Justiça de Barueri, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Cotia, de 16 a 30 de setembro de 2024.

Designando:

nº 11799/2024 - 6º Promotor de Justiça de Sumaré, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº 1510288-61.2023.8.26.0604, em trâmite pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 11800/2024 - 1º Promotor de Justiça de Francisco Morato, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº 1502670-25.2023.8.26.0197, em trâmite pela 2ª Vara Judicial da Comarca de Francisco Morato, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 11801/2024 - 94º Promotor de Justiça Criminal, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº 1541604-42.2022.8.26.0050, em trâmite pelo Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais - DIPO 4 (Comarca da Capital), para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 11802/2024 - 104º Promotor de Justiça Criminal, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº 1514132-66.2022.8.26.0050, em trâmite pelo Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais - DIPO 3 (Comarca da Capital), para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.